

O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.

The Listed heritage path: federal politics trajectory of preservation in Brazil.

Enviado em: 21-03- 2023

Aceito em: 26-05-2023

Gisele Dutra Quevedo¹

Este texto busca retomar e conhecer a trajetória da proteção e da preservação do patrimônio no Brasil. Algo que se reveste de ainda mais importância na atualidade, principalmente diante dos atos de vandalização e de terrorismo contra o patrimônio perpetrados por radicais de extrema direita, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Diante desse cenário se torna urgente e oportuno aprofundar a reflexão a respeito desse tema.

A invasão e depredação de prédios dos três poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, causou diversos prejuízos aos acervos que eram guardados nos edifícios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. A perda de parte importante desse acervo significa agressão a um capítulo importante da história nacional. Entre o acervo vandalizado, as obras que mais sofreram avarias nos atos terroristas incluem: Tela de Di Cavalcanti, de 1962; escultura de bronze “O Flautista”, de Bruno Giorgi; escultura em madeira “Galhos e Sombras”, de Frans Krajcberg; relógio de Balthazar Martinot (relógio de pêndulo do século XVII, peça que havia sido doada pela Corte francesa a Dom João VI); escultura de 1961 “A Justiça”, de

¹ Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (2021), Possui mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (2017) e é Graduada em Licenciatura em História (2007), ambos pela Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência com pesquisas relacionadas à estudos críticos ligados à temática do patrimônio e da memória. É membro externo no Programa de Apoio Às Práticas Patrimoniais da UCPEL. Atualmente é servidora da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: gisele.quevedo.ppgmssp@gmail.com

Alfredo Ceschiatti; escultura em bronze polido “Bailarina”, de Victor Brecheret (dos anos 1920).

Dito isso, justifico o interesse em realizar uma resenha da obra *O Patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*, de Maria Cecília Londres Fonseca que é uma espécie de manual sobre a trajetória da proteção e da preservação do patrimônio no Brasil, pois permite conhecer os desafios de dois momentos importantes nos processos de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que são os períodos de 1930-1940 e de 1970-1980. A referida obra é um livro acadêmico que está em sua quarta edição, resultado da tese de doutorado em Sociologia da autora na Universidade de Brasília (concluído na década de 1990, em sua quarta edição foi revisado e ampliado). A publicação de 328 páginas divide-se em cinco capítulos: *O patrimônio: uma questão de valor*, *A construção do patrimônio: perspectiva histórica*, *A fase heróica*, *A fase moderna*, e *A prática de tombamento 1970-1990*.

Maria Cecília Londres Fonseca tem uma longa trajetória ligada à cultura e à temática do patrimônio. Foi pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (1976-1979); e Coordenadora de Projetos da Fundação Nacional pró-Memória- FNPM (1979-1989). Assessora do Ministro da Cultura (1995- 1998); Coordenadora de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (1999-2002); Membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial – GTPI (1998-2000); Coordenadora do nº 147 da Revista Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial; representante do Brasil junto à Unesco na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002-2003); e no primeiro Comitê Intergovernamental criado por essa Convenção (2006-2008); Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan (2004-); e sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2004-).

Autora de *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Editora UFRJ, 2017; e, com Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, de *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas*

Estaduais, Unesco-Brasil/Educarte, 2008, escreveu, também, inúmeros artigos sobre o tema do patrimônio cultural.²

A ideia central da obra *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* é analisar o percurso do conceito de patrimônio em âmbito nacional e internacional nas últimas décadas, compreender a noção de patrimônio enquanto objeto de política pública e a sua trajetória no Brasil.

A obra apresenta e analisa de forma crítica e abrangente a política do governo federal para a criação de um serviço nacional de proteção ao patrimônio, através do estudo dos processos de tombamento do Iphan, bem como a trajetória da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil.

A obra está organizada em duas partes. A primeira delas, denominada *A noção de patrimônio: características e história*, é apresentada nos dois primeiros capítulos. No primeiro, explica como a noção de patrimônio enquanto política pública foi formulada no Brasil e no segundo distingue as noções de alcance universal como patrimônio e preservação. A segunda parte, *O patrimônio no Brasil*, é dividida entre os três últimos capítulos e discute a trajetória dessa política pública no Brasil, focando em dois momentos principais, o primeiro que denomina fase heroica (nos anos 1930) e o segundo de fase moderna (nos anos 1970).

O primeiro capítulo traz uma noção ampla do conceito de patrimônio, com discussões sobre a atribuição de valor patrimonial. A autora utiliza a distinção entre coisa e valor de Giulio Carlo Argan como base para as discussões do capítulo. Um outro ponto importante abordado por Fonseca é a noção de patrimônio como categoria jurídica. Nesse tópico ela faz uma retrospectiva de como se formou essa categoria em termos jurídicos. Na sequência, enfatiza a relevância da comunicação social para a manutenção e preservação dos bens patrimoniais e ressalta a importância das análises centradas nos processos de construção dos patrimônios, uma vez que, desvendam o modo como as práticas institucionais concebem a “identidade

²Maria Cecília Londres Fonseca. Portal da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/professora-e-sociologa-maria-cecilia-londres-fonseca-faz-palestra-na-abl-sobre-trajetoria> Acesso em 07/02/2022.

nacional”. Fonseca finaliza o capítulo com uma análise do patrimônio como objeto de uma política pública, utilizando como base para análise os passos de Oszlak, O’Donnell, Jobert e Muller que propõem a democratização das políticas públicas voltadas à preservação dos bens.

O segundo capítulo apresenta a perspectiva histórica da construção do patrimônio e preservação de monumentos tanto em nível nacional como mundial. Para isso, Fonseca analisa os conceitos sobre monumento histórico, de patrimônio e de preservação de Riegl, Le Goff e James Clifford. A autora busca apresentar a trajetória das noções de patrimônio, desde os primórdios, com o surgimento do apego a bens simbólicos, que evocavam a ideia de pertencimento à comunidade, descritos por Chastel e Badelon, até a invenção de monumento histórico, já citado por Françoise Choay e Riegl. Outro tema de destaque discutido no capítulo é a noção de valor patrimonial e quais atores estão envolvidos nos processos de seleção dos recursos patrimoniais. Por fim, Fonseca discute a ampliação da noção de patrimônio e sua legitimação via direitos humanos, com uma ampla análise sobre o surgimento destes através do que dizem Calderón, Jelin e Durham.

No terceiro capítulo a autora apresenta a chamada “Fase heroica” onde analisa a prática de preservação do patrimônio cultural no Brasil a partir do final dos anos 1930. Fonseca aborda de forma rápida o contexto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), cita algumas ações anteriores, o contexto cultural e a influência do movimento modernista. Neste capítulo dois tópicos merecem destaque, o primeiro se refere à chamada política que privilegiava os bens de “pedra e cal”, onde a valoração dos bens tombados era conduzida quase que exclusivamente por funcionários do Sphan, predominavam as inscrições no Livro Histórico de Belas Artes (LBA) e praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários. Dessa forma, prevaleciam os tombamentos de caráter estético restringindo-se, principalmente, às expressões culturais e arquitetônicas das elites econômicas e religiosas, especialmente as de origem luso-brasileira. Por fim, o último ponto de destaque se refere à autonomia (desde que os intelectuais não se

envolvessem em outras esferas do governo) que o Sphan gozava dentro do Ministério da Educação e Saúdedurante a ditadura do Estado Novo.

No quarto capítulo, Fonseca analisa as novas propostas de trabalho do Sphan a partir da queda do Estado Novo, o que denomina de “Fase moderna”, ou processos com início a partir dos anos 1970. Nele a autora analisa o contexto cultural no período pós Estado Novo e as ações institucionais do Sphan nesse momento. Os pontos mais importantes deste capítulo referem-se aos caminhos da descentralização, a busca de novos sentidos para a preservação e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). A descentralização foi se efetivando com o crescimento das secretarias de cultura e dos órgãos estaduais e municipais de preservação, que ocorreram paralelo à busca por novos sentidos para a preservação compatíveis com o modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil. Nesse momento o Sphan busca inspiração na Unesco para uma nova política com o objetivo de demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico e não mais apenas convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar bens culturais. Outro avanço, mostrado pela autora nesse período é a criação do CNRC que tinha como proposta central não preservar apenas as expressões culturais e arquitetônicas das elites de origem luso-brasileira, pois já existiam instituições e museus suficientes, mas as manifestações culturais “vivas”. Por fim, Fonseca analisa ainda a fusão do Iphan / PCH/ CNRC e a criação da Secretaria da Cultura do MEC (SEC).

No quinto e último capítulo a autora se concentra nas práticas de tombamento que ocorreram no período de 1970 a 1990, no Iphan, analisando a sistemática, as origens desses pedidos e os embates que levaram ao tombamento ou não desses bens. Também menciona a inclusão de novos conceitos nas práticas da instituição, como o de centro histórico e entorno.

O texto de Fonseca, como já descrito, traz uma importante contribuição para a temática do patrimônio e as pesquisas relacionadas a esse tema. No entanto, no que se refere às ações voltadas à preservação do patrimônio antes de 1930 e a criação do Sphan foram pontuadas de forma muito superficial pela autora e com ênfase nas ações do Modernismo, a partir do marco da Semana

da Arte Moderna. Ela até cita alguns precursores, por exemplo as Inspetorias Estaduais de Monumentos criadas nos anos de 1920, mas deixa de mencionar outros movimentos importantes como os do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as inúmeras proposições parlamentares, apresentadas no período de 1917 e 1925 na Câmara dos Deputados com a finalidade de criar órgãos de proteção ao patrimônio nacional.

Conforme descrito por Fernandes (2010), embora tenham falhado, houve diversos anteprojetos na tentativa de proteção e preservação do patrimônio brasileiro antes do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, e Maria Cecília Londres Fonseca deixa de analisar esse viés da trajetória do conceito de patrimônio em âmbito nacional.

Também teria sido interessante uma análise dos Inventários de conhecimento que foram desenvolvidos pelo IPHAN em parceria com os órgãos de proteção do patrimônio estaduais e os municípios, na década de 1990. E que tinham como objetivo conhecer os bens e manifestações com potencial de preservação. É bem verdade que na visão da autora, as propostas do CNRC, apropriadas e desenvolvidas pela Fundação Nacional pró Memória (FnPM), encampadas pela SEC e inspiradas na Constituição Federal de 1988, não ultrapassaram a etapa do discurso. Também não se desconhece sua crítica de que os conceitos de “referência, dinâmicas cultural, indicadores culturais, contextos culturais específicos” (FONSECA, 2017, p. 187) apesar de recorrentes nos programas e projetos, eram, muitas vezes, considerados obscuros até mesmo dentro da FNpM. Ainda assim teria sido importante um estudo e análise desses inventários de conhecimento que foram desenvolvidos dentro destes conceitos em nível nacional.

Com uma análise completa do período que antecede à criação do Sphan e destes importantes projetos que ocorreram dentro da FNpM, que foram os inventários de conhecimento, a obra de Fonseca teria abordado de uma forma mais ampla a trajetória da preservação do patrimônio no Brasil.

No entanto, embora a obra não tenha contemplado as tentativas de proteção e preservação do patrimônio brasileiro antes do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 e não traga uma análise do projeto do Iphan na

década de 1990, chamado inventário de conhecimento, trata-se de uma referência para os pesquisadores da área de patrimônio. Além da análise criteriosa de pontos importantes da trajetória do patrimônio e das práticas de preservação no Brasil, dispõe de anexos que contribuem para as pesquisas do tema como o anexo V que traz os processos de tombamento abertos de 1970 a 1990, o anexo VI com os processos abertos de 1990 a 2008, o anexo VII com os bens tombados de 2008 a 2017, o anexo IX com os bens registrados de 2002 a 2016, o anexo X com os bens inscritos na lista do patrimônio mundial e finalmente, o anexo XI com os bens do Brasil inscritos nas listas da convenção do patrimônio cultural imaterial de 2003.

Principalmente para as pesquisas que se desenvolvem em um dos dois períodos, 1930-1940 ou 1970-1980 a obra de Maria Cecília Londres Fonseca é uma importante ferramenta para conhecer os entraves e fatores gerados nesses períodos.

Por fim, saliento que conhecer e retomar a trajetória da proteção e da preservação do patrimônio no Brasil é sempre importante para enfrentar os dilemas e agendas contemporâneas que envolvem a proteção e a preservação dos nossos patrimônios, o que inclui ajudar a mitigar os riscos de novas agressões e de perecimento, como os verificados no dia 8 de janeiro de 2023 em Brasília. E nesse sentido a obra *O Patrimônio em processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*, de Maria Cecília Londres, contribui para aprofundar esta reflexão urgente e atual.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, Rio de Janeiro, 2010. **Anais do Encontro Políticas Culturais: teoria e praxis**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.p. 1-14.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 328p.

Maria Cecília Londres Fonseca. **Portal da Academia Brasileira de Letras.**
Disponível em: <https://www.academia.org.br/noticias/professora-e-sociologa-maria-cecilia-londres-fonseca-faz-palestra-na-abl-sobre-trajetoria> Acesso em 07/02/2022.